

Estados terão R\$ 2 bilhões

Arquivo

■ Dinheiro virá da Caixa, do Tesouro Nacional e de empréstimos no exterior

SILVIA MUGNATO

BRASÍLIA — O governo deve anunciar amanhã o pacote de ajuda aos estados que envolverá R\$ 2 bilhões em créditos da Caixa Econômica Federal, Tesouro Nacional e recursos externos. Mas antes mesmo de ser conhecido, o socorro oficial já enfrenta obstáculos na equipe econômica e no Congresso. O presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, de quem a equipe pretende tirar uma fatia do socorro aos estados, se revela preocupado com as medidas: "a Caixa não tem dinheiro para isso", garante.

"A Caixa é um órgão executor da política do governo. Fará o que for decidido", rebate um assessor do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Ontem, no Ministério da Fazenda, os técnicos discutiam os últimos detalhes do pacote, que incluirá fortes restrições de gastos por parte dos estados e poderá levar o BC a reduzir os depósitos compulsórios mantidos pelos bancos — para garantir os recursos à Caixa. Na escala de prioridades do governo, a negociação com os estados tem importância semelhante à crise bancária e à inadimplência na agricultura.

As informações levadas a Brasília por governadores vem acompanhadas de ameaças de colapso nas finanças públicas e de revolta entre aliados no Congresso. A dívida em títulos dos estados, que era de R\$ 18,5 bilhões no início do plano Real, já estava em R\$ 23 bilhões no início do ano e, em outubro, chegou a R\$ 32 bilhões.

O problema da dívida em títulos, porém, mal começou a ser tratado. Malan afirma que se pensa, nesse caso, em adotar um mecanismo semelhante ao da renegociação da dívida externa, com o oferecimento de garantias dos estados e a troca da dívida por títulos mais baratos e de mais longo prazo. A ajuda aos estados que encontram dificuldades para pagar suas folhas de salários e outras despesas administrativas é que será o alvo do pacote a ser anunciado esta semana, provavelmente na reunião do Conselho Monetário Nacional, e vem sendo negociada entre o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal e o secretário-executivo

do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

O senador ameaça pôr em discussão a chamada dívida contratual, de cerca de R\$ 35 bilhões e já negociada em 1993, na gestão de Fernando Henrique Cardoso no ministério da Fazenda. Os senadores querem baixar o percentual de comprometimento das receitas dos estados com o pagamento das dívidas nos bancos federais — de 11% para 9% — se o governo não ajudar os estados a conseguirem mais recursos para seu caixa.

De acordo com os assessores do senador Carlos Bezerra, a proposta em discussão praticamente fará com que os estados parem de pagar, por exemplo, algumas de suas dívidas de FGTS com a Caixa. O presidente da Caixa, porém, resiste a essa alternativa: o dinheiro pago pelos estados pelas dívidas em programas de saneamento e habitação, são necessários para continuar financiando outros programas deste tipo. "Para mudar isto, é preciso mudar a lei do FGTS", afirma Cutolo.

Apesar do sigilo com que os técnicos do governo tratam o assunto, o senador Carlos Bezerra diz que só não sabe o novo prazo de pagamento para os empréstimos do novo pacote de socorro. Bezerra defende um prazo de 36 meses, que seria precedido por uma carência — período em que não haveria qualquer pagamento — de seis meses. O governo quer um parcelamento menor, de 18 meses. A correção dos pagamentos seria feita pela Taxa Referencial, mais juros de 6% ao ano.

Os estados que mais precisam de ajuda, de acordo com Bezerra, são Mato Grosso, Alagoas e Rondônia. Eles já se candidataram para receber empréstimos da Caixa que antecipam o recebimento dos recursos de seus orçamentos, as chamadas AROs. Segundo os assessores do senador, na nova ajuda, se o estado pedir apenas um valor igual à sua parcela no Fundo de Participação dos Estados, não precisará dar garantias adicionais para o empréstimo. "Se for duas ou três vezes mais, as garantias aparecem", explicam os assessores. O governo federal deverá exigir destes estados o cumprimento de programas de privatização e de demissão de funcionários.



Sérgio Cutolo revela preocupação: a Caixa não tem dinheiro para socorrer os estados em dificuldades